

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15º Concurso para Provimento de cargos de Procurador da República (1996)

Gabarito no final

PROVA OBJETIVA

Prezado (a) Candidato (a),

LEIA ATENTAMENTE as instruções abaixo, enquanto aguarda o sinal de início da prova.

1. VERIFIQUE com a maior atenção, este CADERNO DE PROVA. Deve conter 120 (cento e vinte) questões. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

2. PARA SUA SEGURANÇA:

- a) Procure utilizar bem o tempo de prova;
- b) Responda inicialmente as questões que lhe parecerem mais fáceis, deixando para o final aquelas que requerem exame ou consulta mais aprofundada;
- c) Assinale a alternativa escolhida no Caderno de Prova;
- d) Reveja as questões, conferindo sua resposta ANTES de registrar sua opção na Folha de Respostas-RASCUNHO;
- e) Encerrando o registro de sua opções na Folha de Respostas-RASCUNHO, solicite ao Fiscal mais próximo, a sua Folha de Respostas, para transcrição de suas escolhas em definitivo.

NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS.

2. ATENÇÃO – SUA FOLHA DE RESPOSTAS SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA.
POSTANTO:

- f) Marque suas respostas observando o exemplo abaixo e as indicações constantes da Folha de Respostas;
- g) Ao transcrever suas opções para a Folha de Respostas, USE somente CANETA ESFEROGRÁFICA nas cores AZUL ou PRETA;
- h) Terminando de transcrever suas opções, chame o fiscal mais próximo e devolva o Caderno de Prova utilizado e a Folha de Respostas preenchida;
- i) Há uma única alternativa CORRETA
- j) DESCONHECENDO A RESPOSTA CORRETA, É IMPRESCINDÍVEL ASSINALAR NA FOLHA DE RESPOSTAS A ALTERNATIVA (E);

4. LEMBRE-SE:

- k) QUATRO RESPOSTAS ERRADAS ANULAM UMA CERTA;
- l) Deixando em branco – ALTERNATIVA E – você não será penalizado;

A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO PODERÁ PREJUDICÁ-LO

GRUPO I - CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO

1. O Poder Constituinte :

- I. Confunde-se com o Poder Legislativo e é exercido, de acordo com a Constituição Federal, exclusivamente pelo Congresso Nacional;
- II. Pode ser originário ou derivado, sendo este último, no caso das Constituições Estaduais, chamado decorrente;
- III. É ilimitado e incondicionado, se originário, e tem limitações circunstâncias e substanciais, se derivado;
- IV. É originariamente exercido por uma Assembléia Constituinte e, posteriormente, no caso de reforma ou revisão constitucional, exercido pelo órgão ou órgãos definidos na Constituição, nas condições e nos limites nela estabelecidos.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que :

- a) Todas estão corretas;
- b) Estão corretas apenas as de números I, II e III;
- c) Somente as de números II, III e IV estão corretas;
- d) Apenas as de número III e IV estão corretas.

2. O controle jurisdicional de constitucionalidade:

- I. Pode ser exercido por via de exceção, nos casos concretos julgados por qualquer juiz ou Tribunal do País, ou por via de ação direta de inconstitucionalidade julgada pelo Supremo Tribunal Federal, nas hipóteses de leis ou atos normativos federais e estaduais;
- II. De leis municipais pode ser exercido por via de ação direta de inconstitucionalidade, nos termos da Constituição Estadual, julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado;
- III. Pode ser difuso ou concentrado, sendo que nesta última hipótese há, além das ações diretas, a representação interventiva formulada pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal;
- IV. Inclui, segundo a Constituição Federal, além da ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e da representação interventiva, o recurso extraordinário, o mandado de injunção e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, tendo as decisões definitivas de mérito proferidas nesta última ação eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) Somente as de números I e III estão corretas;
- b) Todas estão corretas;
- c) Estão corretas apenas as de números I, III e IV;
- d) Apenas as de números I e IV estão corretas;

3. As Constituições podem ser:

- a) Rígidas, flexíveis e semi-flexíveis, sendo as primeiras consideradas como tais somente nas hipóteses de constituições de mais de cem anos de existência;
- b) Escritas ou não-escritas, não sendo admitido neste último caso qualquer documento escrito, salvo se reconhecido pela Corte Internacional de Justiça, pois trata-se de constituições fundadas exclusivamente nos costumes;
- c) Rígidas, se somente são alteradas mediante processos especiais, ou flexíveis, se podem ser modificadas por processo legislativo ordinário;

d) Dogmáticas ou históricas, sendo estas últimas de cumprimento não obrigatório, por não constituírem dogmas mas produto de lenta síntese da História e dos costumes do País.

4. O Direito de Propriedade :

- I. É assegurado pela Constituição, mas a propriedade deve atender à sua função social;
- II. É garantido pela Constituição, podendo, no entanto ocorrer a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro em qualquer hipótese;
- III. Não permite, mesmo em caso de iminente perigo público, que a autoridade competente use de propriedade particular sem indenização prévia, independentemente de eventual dano;
- IV. Implica no cumprimento da função social daquela, sendo que no caso da propriedade urbana tal ocorre quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor e na hipótese de propriedade rural quando preencher os requisitos de aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas;
- b) Somente as de números I e IV estão corretas;
- c) Estão corretas apenas as de números I, II e III;
- d) Apenas as de números I e II estão corretas.

5. É da competência da União Federal :

- I. Legislar privativamente sobre direito penal e direito processual penal, podendo, mediante lei complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relativas a estas matérias;
- II. Cuidar, com exclusividade, da saúde e assistência pública, proteger o meio ambiente e os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- III. Legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre procedimentos em matéria processual e custas dos serviços forenses;
- IV. Estabelecer normas gerais no âmbito da legislação concorrente que, se inexistentes, permitirão aos Estados exercer a competência legislativa plena para atender as suas peculiaridades, e se supervenientes, suspenderão a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que :

- a) Estão corretas as de números I, III e IV;
- b) Todas estão corretas;
- c) Apenas as de números II, III e IV estão corretas;
- d) Somente as de números I e II estão corretas.

6. O Ministério Público :

- I. É instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- II. Tem como princípios institucionais a uniformidade da ação dos seus Membros, a indivisibilidade da instituição e a independência funcional, salvo nas hipóteses de hierarquia das Câmaras de Coordenação e Revisão;
- III. Tem como funções institucionais, dentre outras, promover a ação direta de inconstitucionalidade, a representação para fins de intervenção da União e dos Estados, a ação

penal pública, o inquérito civil e a ação civil pública, além da representação judicial e da consultoria jurídica de entidades públicas visando a proteção dos interesses difusos e coletivos;

IV. Abrange o Ministério Público dos Estados e o Ministério Público da União – compreendendo o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – que tem por Chefe o Procurador-Geral da República.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que :

- a) Estão corretas apenas as de números I e IV;
- b) Todas estão corretas;
- c) Apenas as de números I, III e IV estão corretas;
- d) Somente as de números I, II e III estão corretas.

7. A Intervenção Federal nos Estados :

- I. É decretada e executada pelo Presidente da República, devendo ser o ato submetido à apreciação do Congresso Nacional em qualquer hipótese;
- II. No caso de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República para assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis, não é submetida à apreciação do Congresso Nacional;
- III. Pode ser requisitada pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal Superior Eleitoral nos casos de desobediência a ordem ou decisão judiciária;
- IV. Deve ser decretada pelo Presidente da República para garantir o livre exercício do Poder Legislativo nas unidades da Federação, independentemente de solicitação do Poder coacto ou impedido, sujeita, no entanto, a posterior aprovação pelo Congresso Nacional.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Estão corretas as de números I e IV;
- b) Todas estão corretas;
- c) Somente estão corretas as de números II e III;
- d) Apenas as de números I, III e IV estão corretas.

8. No sistema de governo presidencialista:

- I. O Presidente da República é o Chefe de Estado e o Chefe de Governo, salvo se se tratar de forma federativa de Estado, pois neste caso os Chefes de Estado serão os Governantes exceto no Distrito federal;
- II. Os Ministros de Estado são nomeados pelo Presidente da República, após voto de confiança do Congresso Nacional, ao aprovar o Gabinete, podendo ser livremente exonerados pelo Chefe do Governo;
- III. O Presidente da República é o Chefe do Governo e o Chefe de Estado, sendo de sua competência privativa, na última condição, manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
- IV. Compete ao Presidente da República, dentre outras inúmeras atribuições, vetar projetos de lei por inconstitucionalidade ou em razão do interesse público; sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e ainda expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas;
- b) Estão corretas apenas as de números III e IV;
- c) Apenas as de números I, III e IV estão corretas;
- d) Somente as de números I e II estão corretas.

9) O Congresso Nacional:

- I. Não pode delegar poderes ao Presidente da República para legislar, pois tal delegação implicaria violação do princípio constitucional da separação e Independência dos Poderes;
- II. Pode delegar ao Presidente da República competência para elaborar leis mediante resolução que especificará seu conteúdo e os termos do seu exercício;
- III. Não pode delegar ao Presidente da República atos de sua competência exclusiva, de competência privativa de cada uma de suas Casas ou matéria reservada à Lei Complementar, além de legislação sobre outras matérias previstas na Constituição;
- IV. Pode delegar competência ao Presidente da República para legislar, mas, em qualquer hipótese, deverá apreciar o projeto de lei delegada e propor emendas, mediante votação em cada uma de suas Casas.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Somente a de número I está correta;
- b) As de números II, III e IV estão corretas;
- c) Somente as de números II e III estão corretas;
- d) Apenas as de números II e IV estão corretas.

10) No Processo Legislativo, segundo a Constituição Federal:

- a) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, retornando à Casa de origem, se o rejeitar ou se o emendar;
- b) A iniciativa das leis cabe exclusivamente aos Deputados e Senadores, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e ao Procurador- Geral da República;
- c) O veto do Presidente da República a projeto de lei será apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, mediante votação nominal e aberta, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos presentes;
- d) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

11) A Constituição Federal assegura:

- I. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- II. Que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;
- III. A plena liberdade de expressão, sendo vedada a censura;
- IV. Aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a igualdade perante a lei, o devido processo legal e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) Apenas as de números I, II e IV estão corretas;
- b) Todas estão corretas;
- c) Somente as de números II, III e IV estão corretas;
- d) Estão corretas as de números I, II e III.

12) Compete ao Tribunal de Contas da União:

- a) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- b) Emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional aprová-las ou rejeitá-las mediante decreto legislativo;
- c) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, sustando a execução do ato ou do contrato administrativo, se não atendido no prazo legal, ad referendum do Congresso Nacional;
- d) Julgar os responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos na administração federal, direta e indireta, por crimes contra o erário público.

13) É da Competência do Supremo Tribunal Federal:

- I. Processar e julgar originariamente a ação em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- II. O encaminhamento da proposta orçamentária do Poder Judiciário e de projetos de lei para a criação e extinção de cargos e de Tribunais, bem como para a fixação de vencimentos de seus próprios membros e dos membros dos Tribunais Superiores da União;
- III. Elaborar lista tríplice para a composição da própria Corte, enviando-a ao Presidente da República, que escolherá um de seus integrantes para nomeação, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;
- IV. Apreciar, na forma da lei, a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas;
- b) Somente estão corretas as de números I e IV;
- c) Estão corretas apenas as de números II e III;
- d) Apenas as de números II e IV estão corretas.

14) Ao Poder Judiciário:

- I - É assegurada autonomia administrativa e financeira, gozando os seus Membros de vitaliciedade logo após o ingresso na magistratura por concurso público ou mediante nomeação para o quinto constitucional nos Tribunais ou para os Tribunais Superiores.
- II - Compete exercer a jurisdição e, nos casos da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, além disso, respectivamente, responder a consultas, expedir instruções sobre a legislação eleitoral e partidária e exercer o poder normativo nos dissídios coletivos.
- III - Como ao Poder Legislativo e ao Ministério Público, é assegurada, pela Constituição, como garantia de independência, a entrega até o dia 20 de cada mês dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais.
- IV - A lei não poderá excluir o acesso para a apreciação de lesão ou ameaça a direito.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que

- a) As de números II, III e IV estão corretas
- b) Estão corretas apenas as de números I, II e III
- c) Todas estão corretas
- d) Apenas as de números I, III e IV estão corretas

15. A ordem econômica estabelecida na Constituição Federal

- I. Determina a observância, dentre outros, dos princípios da propriedade privada e de sua função social, da livre concorrência, da defesa do consumidor e da proteção do meio ambiente

- II. Somente permite a exploração direta de atividade econômica pelo Estado quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo;
- III. Define como monopólio da União Federal a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, bem como o transporte marítimo de petróleo bruto produzido no País e seus derivados, ou o transporte por meio de conduto de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem, permitindo, no entanto, a contratação de empresas estatais ou privadas para a realização de tais atividades, observadas as condições fixadas em lei.
- IV. Define o Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, com a missão de exercer as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, visando a promover o desenvolvimento nacional equilibrado e a reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que :

- a) Somente as de números I e II estão corretas;
- b) Estão corretas apenas as de números III e IV;
- c) Todas estão corretas;
- d) Apenas as de números II e III estão corretas.

16. À Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, de acordo com a Constituição da República:

- I. Incumbe observar, dentre outros, os princípios da legalidade, do concurso público para investidura em cargos ou empregos públicos e da licitação pública para contratação de obras, alienações e aquisições de bens e serviços;
- II. Cumpre assegurar aos servidores públicos civis e militares a liberdade de associação sindical e o direito de greve, competindo aos servidores decidir sobre seus limites, a oportunidade e as condições para o seu exercício;
- III. Cabe dar cumprimento às vedações de vinculação ou equiparação de vencimentos e de acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas na própria Constituição;
- IV. Compete, ao promover a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, fazê-lo na mesma data, sem distinção de índices entre servidores civis e militares.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas;
- b) Apenas as de números I, III e IV estão corretas;
- c) Somente estão corretas as de números I, II e III;
- d) Estão corretas apenas as de números II e IV.

17. Quanto ao Ato Administrativo, é correta a resposta:

- a) O ato administrativo discricionário e o ato administrativo vinculado estão sujeitos ao controle judicial;
- b) O administrado pode pleitear a revogação judicial de ato administrativo praticado pelo Poder Executivo;
- c) Revogado o ato administrativo é como se nunca tivesse existido;
- d) A declaração de nulidade do ato administrativo depende sempre de decisão judicial.

18. Quanto ao Ato Administrativo, é correta a resposta:

- a) A incompetência do agente que pratica o ato administrativo, quanto há evidente interesse público, é sempre irrelevante;
- b) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta;

- c) Os motivos expressos como razão determinante do ato administrativo discricionário nunca vinculam a Administração;
- d) Todas as alternativas estão erradas.

19. Quanto aos serviços públicos, é correta a resposta:

- a) Depende de autorização legislativa a criação de sociedades de economia mista subsidiárias de outras sociedades de economia mista preexistentes;
- b) As autarquias integram o gênero administração direta;
- c) A criação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações públicas não depende de lei específica;
- d) As empresas públicas e fundações públicas têm personalidade jurídica de direito público.

20. Quanto aos servidores públicos, é correta a resposta:

- a) A mudança de uma carreira para outra, por concurso interno, é constitucionalmente válida;
- b) Por serem independentes as órbitas administrativa, civil e penal, a responsabilidade administrativa do servidor nunca será afastada pela absolvição criminal;
- c) A declaração de improbidade administrativa, com perda do cargo, suspensão dos direitos políticos, indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário, é feita exclusivamente pelo Presidente da República;
- d) Todas as alternativas estão erradas.

21. Quanto aos bens de domínio público, é correta a resposta:

- a) Os imóveis dos Municípios são penhoráveis;
- b) É vedado às empresas públicas dar bens em pagamento;
- c) A alienação de bens móveis e imóveis da União depende de avaliação prévia;
- d) Os imóveis da União são adquiríveis por usucapião.

22. Quanto às restrições à propriedade privada, é correta a resposta:

- a) A servidão pública nunca gera direito à indenização;
- b) A requisição administrativa depende da prévia indenização;
- c) É da natureza da limitação administrativa ser genérica;
- d) Todas as alternativas estão erradas.

23. Quanto à desapropriação, é correta a resposta:

- a) Na desapropriação direta os juros compensatórios só são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença;
- b) A desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade;
- c) Na desapropriação por zona desapropria-se somente área necessária à realização da obra ou serviço;
- d) Todas as alternativas estão erradas.

24. Quanto à desapropriação, é correta a resposta:

- a) Na desapropriação são cumuláveis juros compensatórios e moratórios;
- b) Na desapropriação para fins de reforma agrária, a indenização é sempre realizada com títulos da dívida agrária;
- c) A desapropriação consoma-se com a expedição do decreto expropriatório;
- d) Todas as alternativas estão erradas.

25. Quanto às licitações públicas, é correta a resposta:

- a) A prestação de serviços públicos por meio de permissão depende de prévia licitação;
- b) A concorrência, a tomada de preços e o convite são as únicas modalidades de licitação;
- c) Finda a licitação, a Administração Pública é sempre obrigada a contratar;
- d) As sociedades de economia mista não estão sujeitas à obrigatoriedade de licitar.

26. Quanto aos contratos administrativos, é correta a resposta:

- a) A alteração unilateral do contrato pela Administração somente pode ocorrer se não houver aumento de despesas para o contratado;
- b) No contrato de concessão de serviço público quem remunera o contratado são os particulares;
- c) A lei poderá permitir ao particular contratar com o Poder Público, mesmo estando em débito com o sistema de seguridade social;
- d) Todas as alternativas estão erradas.

27. Quanto à responsabilidade civil do estado, é correta a resposta:

- a) Dano ao particular derivado de conduta lícita do Estado nunca gera obrigação de indenizar;
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos, depende da existência de culpa;
- c) A responsabilidade objetiva do Estado, no direito vigente, impõe à União o dever de indenizar, ainda que o dano decorra de força maior;
- d) Todas as alternativas estão erradas.

28. Quanto ao controle da Administração Pública, é correta a resposta:

- a) O Tribunal de Contas da União realiza em geral controle prévio dos atos da Administração Pública;
- b) Ao Poder Judiciário federal é vedado apreciar ato do Tribunal de Contas da União;
- c) O Tribunal de Contas da União pode sustar ato administrativo de órgãos do Poder Judiciário federal;
- d) Todas as alternativas estão erradas.

29. O Tributo arrecadado a título de empréstimo compulsório sobre o consumo de combustível é sujeito ao lançamento:

- a) De ofício, unilateral e direto;
- b) Por homologação;
- c) Por declaração;
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

30. À vista do princípio da paridade jurídica consagrado no art. 150, V, da Constituição, a União Federal, no exercício de sua competência impositiva prevista no art. 153, V, da Lei Fundamental:

- a) Pode cobrar do Município o Imposto sobre Operações Financeiras, posto que o investimento no Sistema Financeiro não se insere entre as finalidades essenciais do ente federado;
- b) Não pode cobrar do Município o Imposto sobre Operações Financeiras;
- c) Não pode cobrar somente se o Município comprovar que a aplicação destina-se a constituir renda para pagar a sua dívida fundada e evitar a medida preconizada no art. 35, I, da Constituição Federal;
- d) Não pode cobrar se houver convênio firmado entre a União e o Estado, em que haja previsão de compensação de créditos.

31. É correto dizer que na isenção do imposto sobre operações financeiras nas importações:

- a) O termo inicial da vigência da isenção pode ser fixado a partir da data da expedição da guia de importação sem violar o princípio da isonomia tributária;
- b) O termo inicial da vigência da isenção é o da data do fato gerador do tributo;
- c) No caso específico, não há como separar os conceitos de isenção e de fato gerador da obrigação tributária para o implemento da política fiscal e econômica, pelo Estado, à vista do interesse social;
- d) No caso específico, o termo inicial da vigência da isenção deve ser fixado por ato do Ministro da Fazenda, por envolver juízo de conveniência e oportunidade afeto ao Poder Executivo.

32. Na repetição de indébito do adicional de imposto de renda, a correção monetária é devida:

- a) Desde o pagamento indevido;
- b) A partir da citação da Fazenda Pública;
- c) A partir da data da publicação da sentença;
- d) A contar da data que a decisão judicial vier a fixar.

33. A alteração da alíquota, por ato do Poder Executivo, nos termos do art. 153, § 1º, da Constituição, decorre:

- a) Da aplicação do princípio da legalidade;
- b) De observância de exceção ao princípio da isonomia das pessoas constitucionais;
- c) De aplicação do princípio da indelegabilidade da competência tributária;
- d) Nenhuma alternativa é correta.

34. O pagamento antecipado pelo obrigado extingue o crédito tributário:

- a) Sob condição resolutória;
- b) Sob condição suspensiva;
- c) Sob condição resolutória em relação ao contribuinte, e sob condição suspensiva em relação à Fazenda Pública;
- d) Não se submete a nenhuma condição.

35. Assinale a alternativa correta:

- a) A ação de cobrança do crédito tributário prescreve em 5 anos contados da data do lançamento;
- b) A prescrição se interrompe mediante interposição de recurso administrativo;
- c) A prescrição, em Direito Tributário, extingue não só a ação como também o próprio direito ao crédito tributário;
- d) A autoridade administrativa pode autorizar, por despacho fundamentado, remissão parcial do crédito tributário, atendendo a condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

36. A instituição do adicional de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, pelos Estados-membros e pelo Distrito Federal:

- a) Depende unicamente de ato legislativo próprio;
- b) Não depende de ato legislativo dos Estados e do Distrito Federal porque o fato gerador da obrigação e a base de cálculo do tributo já estão definidos no próprio dispositivo constitucional;
- c) Fica condicionada à celebração de convênios entre os Estados-membros, o Distrito Federal e a União;
- d) Depende da edição de lei complementar nacional.

37. A contribuição social de interesse da categoria de trabalhadores fixada de acordo com o inciso IV, do art. 8º, da Constituição:

- a) Tem natureza jurídica híbrida, isto é, tributária em razão da vinculação da entidade representativa da categoria profissional com o contribuinte, e não tributária em função da destinação dos recursos arrecadados;
- b) Tem natureza jurídica de tributo;
- c) Não tem natureza jurídico-tributária;
- d) Nenhuma alternativa é correta.

38. O Estado-membro, ao fixar alíquota progressiva do imposto sobre heranças e doações, observado o teto da alíquota máxima fixada pelo Senado, atende ao princípio:

- a) Da capacidade contributiva;
- b) De melhor distribuição de receita;
- c) Da igualdade e da legalidade;
- d) Da competência compartilhada.

39. É correto dizer:

- a) A imunidade tributária incide sobre as contribuições indistintamente;
- b) A imunidade tributária aplica-se aos tributos vinculados;
- c) Que é a destinação do produto arrecadado que define a natureza específica do tributo;
- d) A imunidade tributária aplica-se aos tributos não vinculados e às contribuições que se revestirem desse caráter de não vinculação.

40. No Sistema Tributário Brasileiro é correto afirmar que :

- a) A responsabilidade de terceiros prevista no art. 134 do Código Tributário Nacional é solidária;
- b) A responsabilidade dos sucessores restringe-se às obrigações acessórias;
- c) A pessoa natural ou jurídica que adquire o fundo de comércio responde pelos tributos devidos integralmente ainda que o alienante continue na exploração da nova atividade comercial;
- d) A sujeição indireta do responsável tributário posterior à ocorrência do fato gerador configura substituição.

GRUPO II - ECONÔMICO, CIVIL, PROCESSUAL CIVIL

41. Distingue-se a atividade econômica de serviço público:

- a) Por ser o serviço público desenvolvido exclusivamente pelo setor público;
- b) Por ser a atividade econômica desenvolvida, no regime da livre iniciativa, pelo setor privado;
- c) Pelo fato de o serviço público poder ser prestado preferencialmente mediante concessão ou permissão;
- d) Nenhuma alternativa é correta.

42. O disposto no art. 173 da Constituição Federal compreende:

- a) Atividade econômica em sentido amplo;
- b) Prestação de serviço público preferencialmente para atender a necessidades essenciais;
- c) Prestação de serviço público, mediante permissão para atender a relevante interesse coletivo;
- d) Atividade econômica em sentido estrito.

43. Assinale a alternativa correta:

- a) Os atos de criação de empresa pública destinada a exercer atividade econômica, regem-se por regras do direito econômico, como previsto no art. 173, § 1º, da Constituição;
- b) Os atos de criação de empresa pública, destinada a exercer atividade econômica, incluem-se no ramo do Direito Comercial eis que submetida ao regime jurídico próprio das empresas privadas;
- c) Na normatização jurídica de intervenção e do planejamento do Estado na economia, tais atos devem ser considerados de natureza administrativa;
- d) Todas as alternativas são incorretas.

44. Segundo a nossa Legislação vigente:

- a) O fato concentração na atividade econômica pode ser enfocado sob tríplice aspecto: concentração estimulada, concentração consentida e concentração reprimida;
- b) O fato concentração na atividade econômica é inteiramente reprimido em qualquer de suas manifestações;
- c) A concentração econômica só é consentida nos casos em que ao Senado Federal compete dispor sobre as condições e limites de operacionalidade para o desenvolvimento econômico;
- d) Inexiste concentração econômica consentida.

45. A prescrição das penalidades por Abuso do Poder Econômico perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica:

- a) É de 5 anos;
- b) É igual à prevista para as infrações de natureza tributária à vista de que elas guardam similitude com as infrações da ordem econômica;
- c) É de dois anos, interrompendo-se a contar da decisão de instauração do processo administrativo;
- d) Varia segundo a gravidade da infração cometida.

46. O artigo 54 da Lei 8.884, de 11.6.94, encerra:

- a) Compromisso de desempenho;
- b) Adoção da figura da “posição dominante no mercado relevante de bens e serviços”;
- c) Compromisso de cessação;
- d) Adoção do “princípio de descon sideração da pessoa jurídica”.

47. A intervenção indireta do Estado no domínio econômico é exercitada mediante:

- a) Expedição de legislação regulamentadora nos diversos níveis hierárquicos das pessoas jurídicas públicas;
- b) Prestação de serviços públicos sob regime de concessão ou permissão;
- c) Empresa pública em setor considerado deficitário;
- d) Os processos e procedimentos instaurados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

48. Assinale a peculiaridade, em decorrência da adoção do modelo político neo-liberal, do “contrato” disciplinado pelo código do consumidor:

- a) A enumeração das atividades definidas como próprias de fornecedor;
- b) O sentido múltiplo dos vocábulos “produto” e “serviço”;
- c) Tratamento estático às “relações de consumo”, com vistas a evitar o fator surpresa do consumidor;
- d) Nulidade da cláusula contratual que transfere a terceiros a responsabilidade do fornecedor.

49. As normas de fiscalização e controle sobre consumo incluem-se na competência:

- a) Exclusiva da União, consoante é da nossa tradição constitucional;
- b) Dos municípios concorrentemente com as demais pessoas jurídicas públicas;
- c) Apenas da União e dos Estados;
- d) Dos Estados-membros por delegação da União para atender a peculiaridades locais.

50. O Código de Defesa do Consumidor, quanto ao princípio “desconsideração da personalidade jurídica”.

- a) Não o adota;
- b) Adota-o somente nos casos de inversão do ônus da prova como instrumento de defesa do consumidor;
- c) Adota-o expressamente;
- d) É omissivo por se tratar de princípio contido no âmbito do direito comercial.

51. Assinale a alternativa correta:

- a) Sublegado é o legado que tem por objeto bens de pequeno valor;
- b) É nulo o legado de coisa alheia mesmo que o testador venha adquiri-la após haver testado;
- c) Prelegado ou legado precípua é o legado que recai sobre o crédito;
- d) O legado de coisa, ou quantidade, que deva tirar-se de certo lugar, só valerá se nele for achada, e até a quantidade que ali se achar.

52. Assinale a alternativa correta:

- a) A deserção é a exclusão, por disposição testamentária, dos herdeiros legítimos;
- b) A deserção somente pode ser motivada em fatos ocorridos em vida do testador, enquanto que a indignidade pode ser declarada com fundamento em atos posteriores ao falecimento do autor da herança;
- c) Ereção é a privação, por testamento, da legítima dos herdeiros necessários;
- d) A deserção pode ser ordenada em testamento ou em escritura pública.

53. Assinale a alternativa correta:

- a) O herdeiro, a que se testarem legados, não pode aceitá-los se renunciou a herança nem, se a aceitou, repudiá-los;
- b) O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança e, ainda que inexistente inventário, compete ao credor a prova de que não ocorre excesso;
- c) O testamento particular pode ser escrito em língua estrangeira mesmo que as testemunhas não a compreendam;
- d) O erro na designação da pessoa do herdeiro não importa, necessariamente, na invalidade da disposição testamentária.

54. Na celebração de contrato por via epistolar, segundo o sistema da informação:

- a) Considera-se formado o vínculo obrigacional no momento em que o oblato declara a vontade de aceitar a proposta;
- b) Reputa-se concluído o contrato quando o proponente tem efetivo conhecimento da aceitação do oblato;
- c) O contrato forma-se quando a resposta favorável chega, materialmente, ao poder do proponente, mesmo que ele não a leia;
- d) O negócio jurídico aperfeiçoa-se no momento em que a aceitação é enviada ao proponente.

55. Há propriedade resolúvel:

- a) Na enfiteuse e na anticrese;

- b) Na retrovenda e na alienação fiduciária em garantia;
- c) Na venda a contento sob condição suspensiva e no fideicomisso
- d) Na venda a contento sob condição resolutiva e no usufruto

56. Assinale a alternativa correta

- a) O foreiro deve pagar laudêmio em caso de venda ou cessão gratuita do domínio útil do bem enfitêutico
- b) A servidão predial pode ser dividida e alienada separadamente do imóvel em favor do qual foi constituída
- c) A enfiteuse e o usufruto são direitos temporários e intransmissíveis
- d) O credor anticrético tem direito de retenção sobre o bem dado em garantia, mas se executado não terá preferência sobre o preço

57. Assinale a alternativa correta

- a) Os contratos de depósito e de seguro são consensuais
- b) O depósito irregular não se confunde totalmente com o mútuo porque o depositante tem a faculdade de, a qualquer tempo, exigir a restituição do equivalente à coisa fungível depositada, mesmo que se tenha estipulado prazo fixo para a devolução;
- c) No contrato de seguro de vida, o segurado, no que diz respeito à designação de beneficiário, não sofre qualquer limitação quanto às pessoas;
- d) No caso de sinistro, o segurador não pode opor ao sucessor ou representante do segurado todos os meios de defesa que contra este lhe assistiam;

58. Em caso de incêndio do prédio locado:

- a) Quem suporta o risco é sempre o locador;
- b) O risco é sempre suportado pelo locatário;
- c) O locatário, que a lei presume culpado, deve indenizar o locador, ainda que o sinistro decorra de vício de construção;
- d) A lei presume culpado o locatário, mas este pode eximir-se da responsabilidade provando que o evento decorreu da propagação de fogo originado em outro prédio.

59. Assinale a alternativa correta:

- a) O direito de aqueduto pode apresentar-se como servidão predial ou como direito de vizinhança;
- b) As servidões contínuas extinguem-se pelo não-uso durante certo tempo;
- c) São direitos de vizinhança gratuitos: o de passagem forçada e o de madeiramento;
- d) Tapumes especiais são os que podem impedir a passagem de animais de grande porte.

60. Assinale a alternativa correta:

- a) Todo o ato contrário ao Direito que causa dano a outrem é ato ilícito;
- b) O *damnum emergens* compreende a efetiva diminuição patrimonial e o que a vítima deixou de ganhar;
- c) O ato praticado em estado de necessidade nunca gera a obrigação de indenizar;
- d) Dano indireto e o lucro cessante não se confundem porque enquanto o dano indireto é o que decorre de circunstâncias ulteriores que agravam o prejuízo diretamente suportado, o lucro cessante corresponde apenas a uma frustração de ganho pela não utilização da coisa danificada.

61. Assinale a alternativa falsa:

- a) Não pode haver bem consumível que seja infungível;

- b) A imobilização de coisa móvel por acessão intelectual ocorre quando ela for colocada a serviço do imóvel e não da pessoa;
- c) A universalidade de fato é o conjunto de coisas singulares, simples ou compostas, agrupadas pela vontade da pessoa, com destinação comum;
- d) O quase-usufruto é o que recai sobre bens consumíveis.

62. Na alienação fiduciária em garantia, o fiduciário:

- a) Pode purgar a mora se já tiver pago 40% do financiamento;
- b) É proprietário ad tempus da coisa gravada;
- c) Se o crédito não for pago no vencimento pode ficar com a coisa gravada caso não queira vendê-la a terceiro e aplicar o preço no pagamento do seu crédito e despesas de cobrança;
- d) Pode ajuizar ação de consignação em pagamento se o credor recusar-se a receber o pagamento da dívida ou a dar a quitação, valendo a sentença com título liberatório e de recuperação da propriedade do bem gravado.

63. Assinale a alternativa correta:

- a) Pai e filha podem contrair casamento putativo;
- b) A nulidade do casamento celebrado perante autoridade incompetente é insanável;
- c) No direito brasileiro, o regime legal de bens no casamento é o da separação;
- d) No regime total, os bens parafernais são aqueles necessariamente submetidos à administração do marido.

64. O casamento religioso para ter efeitos civis:

- a) Pressupõe sempre que a habilitação dos nubentes preceda à cerimônia religiosa;
- b) Independe do momento em que se realiza a habilitação dos nubentes, que pode preceder ou suceder à cerimônia religiosa;
- c) Não depende de inscrição no Registro Civil quando a habilitação dos nubentes precede à cerimônia religiosa;
- d) Sendo a habilitação posterior à cerimônia religiosa, deve ser inscrito no Registro Civil, produzindo efeitos a partir da inscrição.

65. Assinale a alternativa correta:

- a) No caso de danos causados ao consumidor por defeitos decorrentes da fabricação do produto, o comerciante, independentemente de culpa, pode ser responsabilizado se o fabricante não puder ser identificado;
- b) A culpa exclusiva do consumidor não exclui a responsabilidade do fabricante em caso de danos provocados por defeitos decorrentes da fabricação do produto;
- c) A responsabilidade por danos causados ao meio ambiente funda-se na culpa;
- d) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais independe de culpa.

66. Para o processo e julgamento de ação possessória em que figura como autor um município e como réus, em litisconsórcio, uma autarquia federal e um Estado, tendo a ação como objeto um imóvel situado no Município autor:

- a) Será competente, de acordo com as regras de organização judiciária estadual, um Juiz de Direito da Comarca cujo foro coincida com o local da situação do imóvel;
- b) Será competente a Justiça Federal, por haver interesse da autarquia federal;
- c) Será competente, originariamente, o Tribunal de Justiça do Estado, tendo em vista a natureza das partes envolvidas na causa;
- d) Será competente o Supremo Tribunal Federal.

67. Se Tício requereu e obteve a condenação de Caio ao pagamento de multa por infração contratual:

- a) Pode Caio mover outra ação visando a condenação de Tício a restituir o que pagou sob o fundamento de que quem descumpriu o contrato foi o próprio Tício;
- b) Pode Caio, em outra ação que Tício lhe move pedindo a condenação ao pagamento de outra multa por nova infração ao mesmo contrato, alegar a nulidade do contrato, cuja alegação fora repelida no processo anterior;
- c) Pode Caio alegar a nulidade do contrato na outra ação que lhe foi movida por Tício apenas no caso de não ter deduzido esta defesa no processo anterior;
- d) Pode Caio opor embargos do devedor à execução da sentença condenatória, pedindo a desconstituição do título sob o fundamento da nulidade do contrato.

68. Foi ajuizada ação rescisória fundamentada na tríplice arguição : ofensa à coisa julgada, violação a literal disposição de lei e falsidade de prova. O pedido foi julgado improcedente pelo Tribunal quanto aos três fundamentos mas, em relação a cada um deles, houve um grupo minoritário de desembargadores que acolhia o fundamento. Contra tal decisão:

- a) São inadmissíveis embargos infringentes, porque o desacordo que autoriza o cabimento do recurso é aquele quanto à conclusão dos votos e não quanto à fundamentação;
- b) São admissíveis embargos infringentes mas, quanto ao mérito, deverão ser necessariamente improvidos, porque há unanimidade quanto à conclusão;
- c) São admissíveis os embargos infringentes porque há que se levar em conta o desacordo em relação a cada uma das causas de pedir;
- d) São admissíveis embargos infringentes apenas em relação ao fundamento sobre o qual se instalou a maior divergência.

69. Assinale a alternativa correta:

- a) O adquirente ou cessionário da coisa litigiosa que obtém o consentimento da parte contrária passa a atuar no processo como substituto processual do alienante ou cedente;
- b) Quando o juiz exclui do processo detentor da coisa litigiosa e determina o prosseguimento da ação contra o proprietário da coisa este passa a agir na qualidade de substituto processual daquele;
- c) O alienante ou cedente da coisa litigiosa que continua ocupando a posição de parte no processo, porque o adversário não concordou com o ingresso do adquirente ou cessionário, é substituto processual deste;
- d) O adquirente ou cessionário da coisa litigiosa não pode ingressar no processo para assistir o alienante ou cedente.

70. Assinale a alternativa correta:

- a) O devedor só dispõe dos embargos do devedor para obter a desconstituição do título executivo;
- b) É nula a alienação do bem penhorado realizada pelo devedor;
- c) Ainda que não tenha oferecido embargos à execução o devedor pode ajuizar ação de repetição do indébito para reaver o que pagou indevidamente;
- d) O devedor pode realizar a remição dos bens penhorados.

71. Assinale a alternativa correta:

- a) As alegações de compensação, de novação e a exceção de contrato não cumprido qualificam-se como exceções substanciais;
- b) As alegações de falta de instrumento público essencial à prova do ato e a de renúncia ao direito em que se funda a ação, bem como a alegação do obrigado no sentido de que a satisfação da sua prestação depende do cumprimento da contraprestação do credor, constituem exceções substanciais;
- c) Na ação que tenha como objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer o juiz, se considerar impossível a tutela específica, deve converter necessariamente a obrigação em perdas e danos;
- d) O documento particular que contiver declaração de ciência relativa a determinado fato, faz prova da declaração e do fato declarado.

72. Assinale a alternativa correta:

- a) Em ação de conhecimento, resultando incontroversos os fatos afirmados pelo autor na inicial em razão da admissão pelo réu como verdadeiros, o juiz deve julgar a ação procedente, porque a conduta do réu importa em reconhecimento do pedido;
- b) Na liquidação por arbitramento e na liquidação por artigos o juiz, ao despachar o pedido do autor, nomeará desde logo o perito e fixará prazo para a entrega do laudo;
- c) As declarações constantes de documento particular presumem-se verdadeiras em relação ao signatário e às pessoas nelas mencionadas.
- d) A regra pela qual, estando a ação principal por motivo de recurso em Tribunal, a ação cautelar incidental deve ser ajuizada perante este, comporta exceção;

73. Assinale a alternativa correta:

- a) As ações coletivas para a defesa dos interesses difusos e coletivos não induzem litispendência para as ações individuais e os autores destas, em regra, não se beneficiam dos efeitos erga omnes ou ultra partes da respectiva ação coletiva;
- b) Na execução contra a Fazenda Pública a prioridade no pagamento dos créditos de natureza alimentícia dispensa os precatórios requisitórios;
- c) O nacional ou estrangeiro, que residir fora do Brasil e não tiver aqui bens imóveis que assegurem o pagamento das custas e honorários de advogado da parte contrária, deve prestar caução se desejar promover aqui execução fundada em título judicial;
- d) Os pedidos de suspensão de segurança seguem as regras do mandado de segurança seja quanto à competência, seja quanto ao rito.

74. Sobre a tutela jurisdicional antecipada é correto afirmar-se:

- a) O provimento que a concede ou nega é sentença sujeita a recurso de apelação;
- b) Pode ser concedida ainda quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado;
- c) O ato que a concede ou nega é decisão interlocutória sujeita ao recurso de agravo;
- d) Pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo independente de motivação.

75. Contra decisão não-unânime proferida em incidente de uniformização da jurisprudência:

- a) O prejudicado pode interpor embargos infringentes;
- b) É cabível o recurso extraordinário, se a questão decidida for de natureza constitucional;
- c) Cabe o recurso especial, independentemente da natureza da questão decidida;
- d) Não cabe recurso, salvo o de embargos de declaração em caso de obscuridade, contradição ou omissão.

76. assinale a alternativa correta:

- a) O documento novo que autoriza o ajuizamento da ação rescisória é aquele constituído após a sentença ou acórdão rescindendo;
- b) O erro de fato suscetível de fundamentar ação rescisória pode ser demonstrado por provas não produzidas no processo em que foi proferida a sentença ou acórdão rescindendo;
- c) O reconhecimento da decadência ou da prescrição do direito do autor efetivado em processo cautelar não faz coisa julgada;
- d) A decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores.

77. Assinale a alternativa correta:

- a) A sentença que julga procedentes os embargos de terceiro oferecidos por quem se diz proprietário de um bem arrolado em inventário impede o ajuizamento de ação reivindicatória sobre o mesmo bem por parte do espólio ou dos herdeiros;
- b) O prazo para o ajuizamento de mandado de segurança é extintivo e peremptório, correndo durante as férias forense; ademais, não se suspende nem se interrompe pelo fato de ser incapaz o interessado;
- c) O prazo para a Fazenda Pública contestar ou recorrer é legal, impróprio e peremptório;
- d) A busca e apreensão é medida típica e específica do processo cautelar.

78. Em mandado de segurança da competência originária de Tribunal de Justiça, em que se alega que o ato impugnado é ilegal porque praticado em desconformidade com norma de lei estadual, havendo a concessão de medida liminar por ato unipessoal do relator:

- a) A pessoa jurídica a que pertence a autoridade impetrada, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, deve requerer ao presidente do Tribunal de Justiça a suspensão da execução da liminar;
- b) A pessoa jurídica a que pertence a autoridade apontada como coatora, para evitar grave lesão a qualquer dos valores indicados na alternativa anterior, deve requerer ao presidente do Supremo Tribunal Federal a suspensão da execução da liminar;
- c) A pessoa jurídica a que pertence a autoridade coatora, para evitar grave lesão a qualquer dos valores indicados na alternativa "a", deve requerer ao presidente do Superior Tribunal de Justiça a suspensão da execução da liminar;
- d) A pessoa jurídica a que pertence a autoridade impetrada somente pode interpor agravo dirigido ao órgão competente para processar e julgar o mandado de segurança.

79. Assinale a alternativa correta:

- a) O ato pelo qual o juiz indefere liminarmente a petição de reconvenção configura sentença terminativa sujeita à apelação;
- b) Julgada procedente uma reclamação ajuizada com a finalidade de preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça a decisão deve ser cumprida imediatamente, independentemente da lavratura de acórdão;
- c) O ajuizamento de ação condenatória para obtenção de indenização pelos filhos do falecido vítima de acidente de trânsito, após transitada em julgado a sentença penal condenatória, é cabível mas nela não se pode discutir a respeito do fato e do seu autor.
- d) Se, devido ao elevado número de bens, o leiloeiro não conseguir concluir a praça ou o leilão no dia previamente marcado, a praça ou leilão deve prosseguir no dia útil imediato, à mesma hora em que teve início no dia anterior, desde que o edital preveja a possibilidade.

80. Assinale a alternativa correta:

- a) Após o trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em processo de conhecimento que teve curso à sua revelia, porque não foi citado, o condenado somente pode alegar o vício decorrente da ausência de citação em ação rescisória;

- b) Contra acórdão de Tribunal de Justiça que, fundado em norma constitucional interpretada de maneira divergente de outros tribunais, nega provimento a recurso de apelação contra sentença concessiva de mandado de segurança cabe recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial;
- c) Ao impugnar os embargos de retenção por benfeitorias o credor pode postular a liquidação de frutos ou de danos, para se compensarem com as benfeitorias;
- d) O agravo de instrumento interposto contra decisão que decretou a prisão de depositário infiel sempre suspende a execução da medida.

GRUPO III - ELEITORAL, PENAL, PROCESSUAL PENAL

81. O alistamento eleitoral e o voto:

- I. São obrigatórios para todos os brasileiros maiores de dezoito anos;
- II. São obrigatórios para os maiores de dezoito anos, brasileiros ou estrangeiros, exceto os analfabetos e os maiores de setenta anos, para os quais são facultativos;
- III. São ainda facultativos para os brasileiros maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, sendo vedado, no entanto, o alistamento aos conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório;
- IV. São obrigatórios para os brasileiros maiores de dezoito anos, exceto os analfabetos e os maiores de setenta anos, para os quais são facultativos.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Estão corretas as de números II e III;
- b) Apenas as de números I e IV estão corretas;
- c) Estão corretas apenas as de números III e IV;
- d) Somente a de número I está correta.

82. A soberania popular, segundo a Constituição, é exercida:

- I. Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, em eleições periódicas para o Legislativo e o Executivo;
- II. Mediante plebiscito ou referendo;
- III. Pela liberdade sindical, o direito de greve e a dispensa temporária de trabalhadores;
- IV. Através de iniciativa popular, pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que :

- a) Todas estão corretas;
- b) Somente as de números I, II e III estão corretas;
- c) Estão corretas apenas as de números II, III e IV;
- d) Apenas as de números I, II e IV estão corretas.

83. A lei que alterar o processo eleitoral:

- a) Terá vigência imediata, aplicando-se às eleições em curso e às que venham a ser realizadas em breve, se já escolhidos os candidatos em convenções partidárias;
- b) Somente entrará em vigor um ano após sua promulgação;
- c) Não prejudicará o recurso cabível, segundo a Constituição, para o Tribunal Superior Eleitoral, de decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que anulem diplomas ou versem sobre inelegibilidade nas eleições municipais;
- d) Entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

84. Os direitos políticos, segundo a Constituição :

- I. Não poderão ter sua perda ou suspensão decretadas em nenhuma hipótese, sob pena de violação de princípio fundamental do Estado Democrático de Direito;
- II. Ficarão suspensos na hipótese de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- III. Terão sua perda ou suspensão decretada nos casos, respectivamente, de inelegibilidade absoluta ou relativa;
- IV. Terão sua perda decretada nos casos de incapacidade civil absoluta e de cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Somente a de número I está correta;
- b) As de números II, III e IV estão corretas;
- c) Estão corretas apenas as de números II e IV;
- d) Apenas as de números III e IV estão corretas.

85. São condições de elegibilidade, Segunda a Constituição :

- a) Ter o candidato concluído curso de nível superior ou, pelo menos, de nível médio, e ter a idade mínima prevista para o cargo eletivo;
- b) Estar o eleitor no pleno exercício dos direitos políticos, ter no mínimo vinte e um anos de idade se brasileiro e se estrangeiro, deve ainda falar fluentemente o idioma oficial do País e não pode concorrer a cargos privativos de brasileiro nato;
- c) O alistamento eleitoral, a filiação partidária e o domicílio eleitoral na circunscrição;
- d) A capacidade de persuasão do candidato e os meios materiais usados na campanha, mesmo que não seja filiado qualquer Partido Político.

86. São inelegíveis :

- I. Os inalistáveis e os analfabetos;
- II. O cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, do Governador ou do Prefeito, no território da Jurisdição do titular, em qualquer hipótese;
- III. Os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a administração pública, pelo prazo de três anos após o cumprimento da pena.
- IV. Aqueles que não se tenham afastado de determinados cargos públicos mencionados na lei das inelegibilidades, a que se refere a Constituição Federal, nos prazos legais para desincompatibilização.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) As de números I, II e III estão corretas;
- b) Estão corretas apenas as de números II, III e IV;
- c) Somente as de números I, III e IV estão corretas;
- d) Todas estão corretas.

87. Na Justiça Eleitoral:

- I. Enquanto o Tribunal Superior não decidir o recurso interposto contra a diplomação, poderá o diplomado exercer o mandato em toda sua plenitude;
- II. A ação de impugnação de mandato eletivo por corrupção, fraude ou abuso do poder econômico poderá ser proposta no prazo de quinze dias contados da diplomação;
- III. Os recursos têm sempre efeito suspensivo, salvo quando se discutir matéria constitucional;

IV. Compete privativamente ao Ministério Público, como custos legis, impugnar registros de candidaturas nas hipóteses de inelegibilidades.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas;
- b) Apenas as de números II e III estão corretas;
- c) Estão corretas apenas as de números I e II;
- d) Somente as de números III e IV estão corretas.

88. De acordo com a Constituição da República as eleições devem ser realizadas :

- I. Para o Senado Federal segundo o princípio majoritário e para a Câmara dos Deputados pelo sistema proporcional;
- II. Em dois turnos, para Presidente da República e para Governador de Estado, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta dos votos na primeira votação, não computados os em branco e os nulos;
- III. Em datas diversas para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, devendo o número destes ser fixado pela lei orgânica do Município segundo os critérios que adotar, respeitada a autonomia municipal;
- IV. Nas datas fixadas pela Justiça Eleitoral e sob sua supervisão, sendo obrigatoriamente fiscalizadas por organizações não-governamentais para assegurar a lisura e o caráter democrático do processo eleitoral, segundo padrões estabelecidos em tratados e convenções internacionais.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas;
- b) As de números I, II e III estão corretas;
- c) Apenas as de números I e II estão corretas;
- d) Somente as de números II e IV estão corretas.

89. Os partidos políticos:

- a) Adquirem sua personalidade jurídica mediante registro no Tribunal Superior Eleitoral;
- b) Podem ser criados livremente, tendo em vista o regime democrático e a liberdade de associação para fins lícitos assegurada pela Constituição;
- c) Têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias;
- d) Têm acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, e, para assegurar a isonomia na competição eleitoral, direito a recursos do fundo partidário e permissão para receber ajuda financeira de entidades ou governos estrangeiros visando a combater o abuso do poder econômico.

90. A propaganda eleitoral:

- I. No rádio e na televisão é assegurada gratuitamente aos Partidos Políticos, na forma da lei, sendo vedada a propaganda paga;
- II. Permite críticas políticas à administração e à vida pública dos candidatos, não constituindo tal prática ofensa à sua honra pessoal;
- III. Não pode ser objeto de censura pela Justiça Eleitoral, cabendo-lhe, no entanto, assegurar direito de resposta aos ofendidos nos casos de calúnia, injúria ou difamação;
- IV. Pode ser realizada, dentre outros meios, pela imprensa escrita, por comícios, painéis de publicidade ou outdoors, nos limites e condições estabelecidos na lei.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) Somente as de números I e II estão corretas;
- b) Todas estão corretas;
- c) As de números II, III e IV estão corretas;
- d) Estão corretas as de números I, II e III.

91. Nos chamados crimes à distância, consagra o direito penal brasileiro:

- a) A teoria da ação;
- b) A teoria do resultado;
- c) A teoria da ubiqüidade;
- d) No caso de tentativa, lugar do crime é só aquele onde o agente praticou a ação.

92. No caso de penhor agrícola de safra futura:

- a) O depositário dos bens penhorados, se fungíveis, alienando-os não é depositário infiel;
- b) Necessário à caracterização do depositário infiel que se comprove a colheita da safra, ulteriormente alienada;
- c) O consentimento do credor é desinfluyente à caracterização do ilícito;
- d) Todas as ações estão adequadas.

93. A lei penal em período de vacatio legis :

- a) Pode ser revogada;
- b) Não pode ser revogada;
- c) Só pode ser revogada se norma penal em branco;
- d) Só pode se revogada se temporária.

94. No navio mercante “carioca”, de propriedade de cidadão brasileiro, fundeado em Amsterdam, acontece delito de homicídio praticado por “Zé Ceará” em “Pedro Paraíba”.

- a) Aplica-se sempre a lei brasileira;
- b) Incide o princípio da personalidade ativa;
- c) Incide o princípio da representação;
- d) Incide o princípio da defesa.

95. Z, médico, com intenção de lucro, provoca aborto em gestante sem cuidar de certificar-se do estado de saúde da mesma. Perícia ulterior comprova que a gestante, sem o sacrifício do feto, não suportaria a gravidez, que lhe seria letal. A gestante está salva.

- a) Não há crime, pela existência de causa supra legal: inexigibilidade de conduta diversa;
- b) À hipótese incide o disposto no inciso I, do artigo 128, do Código Penal;
- c) Incide à hipótese a segunda parte do artigo 124 do Código Penal;
- d) Incide à hipótese o artigo 125 do Código Penal.

96. H, policial, de poucas letras e rude educação, sentindo-se no estrito cumprimento do dever legal, após dominar um larápio, aplica-lhe severa surra:

- a) Tem-se erro de tipo permissivo;
- b) Tem-se erro de proibição evitável;
- c) Tem-se erro de proibição inevitável;
- d) Tem-se erro de tipo que exclui o dolo mas permite a punição por crime culposos.

97. J, cientista, admite que G mantenha-o em quarto fechado, por horas, tudo em razão de experiência científica em que o próprio J está envolvido:

- a) Não há o delito de cárcere privado, por exclusão da ilicitude;

- b) Há o delito de cárcere privado;
- c) Tem-se causa supralegal que elimina a culpabilidade;
- d) O fato é atípico.

98. K estupra L e, em seguida, com ela pratica atos libidinosos :

- a) O estupro absorve o atentado violento ao pudor;
- b) Há delito continuado;
- c) Há concurso material;
- d) O atentado violento ao pudor é fato posterior não punível.

99. K, perigoso assaltante, é parado em barreira policial. Identificando-se, por exigência policial, fá-lo com cédula de identidade falsa, para apresentar-se como outra pessoa:

- a) Não há crime ante a exigência da autoridade policial;
- b) O crime é de falso ideológico;
- c) O crime é de falsa identidade;
- d) O crime é de uso de documento falso.

100. B, médico, para encobrir a verdadeira causa mortis de C, declara falso motivo do falecimento :

- a) Há falsidade ideológica (artigo 299);
- b) Há falsidade de atestado médico (artigo 302);
- c) Não há crime por ausência de prejuízo;
- d) Há falso material.

101. K é condenado a 2 anos de reclusão, no dia 5 de abril de 1979. Perpetrado o fato aos 8.2.1976, com denúncia recebida aos 13.12.1977. Recorrendo, sua pena é diminuída para 10 meses, em decisão assumida na sessão de 3 de abril de 1981, publicada a mesma cinco (5) dias depois, isto é, aos 8.4.1981 :

- a) Há prescrição retroativa;
- b) Há prescrição intercorrente;
- c) A sentença condenatória, por suspender o lapso prescricional, permite o reconhecimento da prescrição;
- d) Não há prescrição.

102. O parlamentar H, depondo em comissão parlamentar de inquérito, reunida fora do recinto da respectiva casa legislativa, assevera que J realizou “negócios escusos” :

- a) Há imunidade formal;
- b) Há imunidade substancial;
- c) Não há imunidade posto que o fato deu-se fora do recinto parlamentar;
- d) Não há imunidade porque não há relação direta do evento com o desempenho parlamentar.

103. K teve, por grave ameaça, subtraídos bens próprios e de terceiros que ele guardava:

- a) Há concurso formal de roubos
- b) Há um único crime de roubo;
- c) Há concurso material de roubos;
- d) Há roubo em continuidade delitiva.

104. Em posto de fronteira, é apreendido em poder de C, cocaína, que este dispunha-se a vender a B:

- a) Há tentativa de importação de substância entorpecente;
- b) Há tentativa de venda de substância entorpecente;
- c) Valida-se a tipificação única pelo delito consumado na modalidade de transportar;
- d) Nenhuma das opções.

105. Militar, encarregado do serviço de liberar a aquisição de armas do exterior, isto autorizou, porque assim remunerado por inescrupuloso importador. Reconhece-se nos eventos:

- a) Contrabando e corrupção ativa;
- b) Corrupção ativa, corrupção passiva, e descaminho;
- c) Facilitação ao contrabando, corrupção passiva e corrupção ativa;
- d) Facilitação ao descaminho, prevaricação e corrupção ativa.

106. J, servidor público federal, entende sofrer ofensa em sua honra funcional, caracterizada como difamação, que atribui a Z:

- a) Não cabe a exceção da verdade, caso suscitada por Z;
- b) J legitima-se ao exercício da ação penal privada;
- c) A ação penal é sempre pública condicionada, com propositura afeta a Procurador da República;
- d) Na hipótese há prazo decadencial para o Ministério Público.

107. O assistente no processo penal brasileiro:

- a) Legitima-se ao recurso para agravar a sanção, caso o Ministério Público não o faça;
- b) Figurando na relação processual penal, motiva-o exclusivamente o interesse patrimonial;
- c) Só pode ser pessoa física;
- d) Todas as opções anteriores estão adequadas.

108. J investigado em delito de moeda falsa:

- a) Pode permanecer preso por até 10 dias;
- b) Pode permanecer preso em total incomunicabilidade, por até três dias;
- c) Tem sua conduta investigada por Delegacia Especial estadual dedicada à apuração dos delitos contra a fé pública;
- d) O inquérito policial cabe seja requisitado por Procurador da República.

109. O denominado efeito regressivo é peculiar:

- a) À apelação;
- b) Ao agravo de instrumento em execução penal;
- c) Ao recurso em sentido estrito;
- d) Ao recurso especial.

110. H logra, em habeas-corpus, anular a condenação do júri, que lhe fora imposta em 15 anos. Realizado novo julgamento H é sancionado em 18 anos:

- a) Aplica-se, ao caso, por analogia o disposto no artigo 617, do C.P.P., caracterizada a reformatio in pejus direta;
- b) Há reformatio in pejus indireta;
- c) Valida-se a segunda condenação em quantum acima da anterior.
- d) O habeas-corpus não é via processual adequada à discussão sobre a pena imposta.

111. Na extradição:

- a) Se ativa, compete à Suprema Corte brasileira o julgamento originário do pleito;

- b) Cabe a discussão sobre o mérito da condenação imposta pelo Estado-requerente, se de natureza executória;
- c) São taxativas as situações de defesa previstas na lei específica;
- d) A lei de regência prevalece sobre termos de Tratado, se este dispuser diversamente.

112. J, advogado de defesa, não é intimado do envio da carta precatória à inquirição de testemunhas de acusação:

- a) A nulidade é relativa;
- b) A nulidade é absoluta, pelo simples fato de o Juiz deprecado realizar a audiência sem defensor;
- c) O advogado também deve ser cientificado da data designada, pelo Juízo deprecado, à inquirição testemunhal;
- d) O réu, mesmo que preso em outra unidade da Federação, deve ser requisitado a fazer-se presente ao ato.

113. A persuasão racional:

- a) Diz com o princípio da busca da verdade real;
- b) Diz com o princípio do livre convencimento judicial;
- c) Diz com o sistema inquisitório;
- d) Diz com o sistema misto.

114. O contraditório prévio:

- a) Permite o julgamento antecipado da lide;
- b) Desobriga o magistrado de fundamentar a rejeição da denúncia;
- c) Torna a decisão judicial interlocutória simples;
- d) Todas as opções estão adequadas.

115. O relator, em ação penal originária no T.R.F., rejeita a exceção da verdade oposta pelo querelado Y, Procurador da República, acusado de ter caluniado o Juiz federal Z, ante quem atua:

- a) Nesta hipótese, o T.R.F. é incompetente; competente é o S.T.J.;
- b) O querelado Y pode valer-se de recurso em sentido estrito a questionar a incompetência;
- c) O querelado Y, pode valer-se de habeas-corpus a ser ajuizado originariamente no STF;
- d) O querelado Y pode valer-se de habeas-corpus a ser ajuizado originariamente no STJ.

116. O réu J, em juízo, apresenta carta confidencial, que lhe fora endereçada, em defesa própria:

- a) O sigilo de correspondência é absolutamente preservado na Constituição; assim, inválida a atitude de J;
- b) O princípio do contraditório ampara a atitude de J;
- c) Incide à espécie a doutrina dos “fruits of the poisonous tree”;
- d) O princípio da plena defesa ampara a atitude de J.

117. J, citado por edital, não comparece à convocação. Seu advogado constituído:

- a) Pode requerer a suspensão do processo;
- b) Decretada a revelia do réu, deve receber as seguintes intimações aos subsequentes atos processuais;
- c) A revelia só pode decorrer do não atendimento à citação ou intimação pessoal do acusado;
- d) A intimação do defensor constituído é sempre pessoal.

118. O indicium causae tem o thema decidendum definido:

- a) Pela denúncia;
- b) Pela sentença de pronúncia;
- c) Pela absolvição sumária;
- d) Em sentença de desclassificação.

119. T, valendo-se de passaporte falso, ingressa em nosso território, do qual fora expulso, anteriormente. Conhece Y, outro alienígena, que aqui está residindo. Y, valendo-se do passaporte de T, e por ele fazendo-se passar, dirige-se, na companhia de T a renomada joalheria. Adquirem valiosa jóia, emitindo Y cheque sem provisão de fundos. Ao dobrarem a esquina, próximo à joalheria são assaltados por H. Na situação-problema cabe reconhecer-se :

- a) Unicamente continência subjetiva;
- b) Unicamente conexão objetiva;
- c) Continência subjetiva e conexão instrutória;
- d) Continência objetiva e conexão intersubjetiva por concurso.

120. O dissenso entre Procurador da República, que conclui pela incompetência do Juiz federal, e este, que se tem por competente, cria:

- a) Pedido de arquivamento indireto a ser resolvido pela Câmara Criminal do Ministério Público Federal;
- b) Pedido de arquivamento indireto a ser resolvido pelo Procurador-Geral da República;
- c) Conflito de atribuições a ser resolvido pelo S.T.J.;
- d) Conflito de jurisdição a ser resolvido pelo S.T.J.

Brasília, junho de 1996

GABARITO OFICIAL

01 - C 16 - B 31 - A 46 - D 61 - A 76 - D 91 - C 106 - B
02 - B 17 - A 32 - A 47 - A 62 - B 77 - B 92 - B 107 - A
03 - C 18 - D 33 - D 48 - D 63 - A 78 - C 93 - A 108 - D
04 - B 19 - A 34 - A 49 - B 64 - B 79 - B 94 - C 109 - C
05 - A 20 - D 35 - C 50 - C 65 - A 80 - C 95 - D 110 - C
06 - A 21 - C 36 - D 51 - D 66 - D 81 - C 96 - B 111 - C
07 - C 22 - C 37 - C 52 - B 67 - B 82 - D 97 - A 112 - A
08 - B 23 - B 38 - A 53 - D 68 - C 83 - D 98 - C 113 - B
09 - C 24 - A 39 - D 54 - B 69 - C 84 - C 99 - D 114 - A
10 - D 25 - A 40 - A 55 - B 70 - C 85 - C 100 - A 115 - D
11 - B 26 - B 41 - D 56 - D 71 - A 86 - C 101 - D 116 - D
12 - B 27 - D 42 - D 57 - B 72 - D 87 - C 102 - B 117 - B
13 - B 28 - C 43 - D 58 - D 73 - A 88 - C 103 - B 118 - B
14 - A 29 - B 44 - A 59 - A 74 - C 89 - C 104 - C 119 - C
15 - C 30 - B 45 - A 60 - D 75 - D 90 - B 105 - C 120 - A